



Direcção Geral dos Recursos
Humanos da Educação



GEPE

Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação

COOPERAÇÃO COM TIMOR-LESTE SELECÇÃO DE LICENCIADOS

AVISO

Ao abrigo da Cooperação entre Portugal e Timor-Leste pretende-se contratar licenciados, não vinculados à Administração Pública, para integrarem na qualidade de agentes da cooperação, ao abrigo da Lei n.º 13/ 2004 de 14 de Abril, o Projecto de Consolidação da Língua Portuguesa (PCLP).

- Grupo de recrutamento 230 – Matemática e Ciências da Natureza do 2.º ciclo do ensino básico (4 licenciados a contratar);
- Grupos de recrutamento 200 – Português e Estudos Sociais/História do 2.º Ciclo do ensino básico, 210 – Português e Francês do 2.º ciclo do ensino básico e 220 - Português e Inglês do 2.º Ciclo do ensino básico (22 licenciados a contratar);
- Grupo de recrutamento 300 – Português do 3.º ciclo do ensino básico e ensino secundário (25 licenciados a contratar).

Qualificações

Pretende-se que os interessados sejam detentores de qualificação profissional para o grupo de recrutamento do Código a que se candidata.

1. Condições contratuais

Os contratos a celebrar para 2011, terão início previsivelmente no dia 1 de Janeiro e cessam os seus efeitos a 31 de Dezembro de 2011, podendo, eventualmente, ser renovados por períodos de um ano.

O Estado Português assumirá o pagamento das viagens de ida e volta, subsídio de embarque, protecção social obrigatória e os seguros de assistência em viagem e acidentes pessoais. Será garantido ao contratado alojamento adequado.

A remuneração mensal é 1.373,13€, que corresponde ao índice 151, conforme consta da Tabela de Remunerações Líquidas dos Docentes da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário, de acordo com as tabelas anexas ao Despacho nº 2563/2009, publicado no DR de 20/01/2009. A esta remuneração acresce um complemento mensal no montante de 800,00€. Estes valores estão sujeitos a eventuais alterações de acordo com a legislação em vigor.

2. Candidatura

2.1 Apresentação da candidatura

Os interessados apresentarão a sua candidatura através de formulário electrónico, disponível no sítio da DGRHE (<http://www.dgrhe.min-edu.pt>), organizado de forma a recolher os elementos legais de identificação do candidato, elementos necessários à sua graduação e ordenação.

Os candidatos deverão obrigatoriamente enviar via electrónica (upload) os documentos comprovativos para análise da candidatura, a saber:

1. Certificado de habilitações, com a respectiva classificação final;
2. Documento comprovativo da qualificação profissional, com a respectiva classificação final;
3. Declarações de tempo de serviço docente prestado;
4. Declaração da prática pedagógica/estágio pedagógico supervisionado;
5. Fotocópia do Documento de Identificação;
6. *Curriculum vitae*;
7. Declaração de que não se encontra vinculado(a) à Administração Pública portuguesa (modelo disponível no endereço da DGRHE).

Alerta-se que não serão considerados quaisquer documentos enviados por via diferente da prevista no presente aviso.

2.2 Prazo para apresentação da candidatura

Os interessados apresentarão as suas pretensões no prazo de 7 (sete) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao da data da divulgação do presente anúncio, até as 18 horas do último dia do prazo (hora de Portugal continental).

Serão excluídos os interessados que não apresentem a sua pretensão dentro do prazo atrás definido, apresentem a documentação exigida incompleta ou com encaminhamento diferente do estabelecido, e também os interessados que não possuam os requisitos definidos.

2.3 Procedimentos relativos à candidatura electrónica

Para proceder à candidatura electrónica deverá previamente ter efectuado a sua inscrição na aplicação informática, que se encontra disponível no sítio da DGRHE (<http://www.dgrhe.min-edu.pt>) na área de **docentes » concursos » Timor – Leste » 2011**.

Após a inscrição ser-lhes-á fornecido o nº de candidato.

O nº de candidato e a palavra-chave escolhida permitirão o acesso ao formulário electrónico.

Os interessados que foram opositores a qualquer concurso promovido pela DGRHE são já titulares do nº de candidato e da palavra-chave. Com estes elementos têm acesso ao formulário electrónico da candidatura, não necessitando de proceder a nova inscrição obrigatória.

Os interessados devem aceder à aplicação do formulário electrónico disponível no sítio da DGRHE (<http://www.dgrhe.min-edu.pt>) na área de **docentes » concursos » Timor – Leste » 2011**, durante o prazo que decorre entre **19 a 27 de Outubro de 2010**, a fim de apresentar a sua candidatura.

O Manual de Instruções do formulário electrónico, a disponibilizar aquando da candidatura, explicará detalhadamente o preenchimento do formulário electrónico, pelo que, será fundamental a sua consulta.

O Centro de Atendimento Telefónico (CAT), dedicado ao esclarecimento dos candidatos, encontra-se em funcionamento das 10 às 16.30 horas (dias úteis).

3. Graduação

A graduação dos interessados admitidos é determinada através da aplicação da seguinte fórmula, até ao limite de 20 valores, sendo atribuído um valor por cada ano completo de serviço docente:

$$AD = C + 1V \times (N/365)$$

Em que:

C – classificação profissional

1V – um valor

N – número de dias de serviço docente.

Em caso de igualdade na graduação, para desempate, será, sucessivamente, aplicado o seguinte:

- a) O que tiver menos idade;
- b) O que tiver classificação profissional mais elevada;
- c) O que tiver mais tempo de serviço docente;
- d) O que tiver mais baixo número de candidato

4. Listas provisórias de ordenação e de exclusão

As listas provisórias de ordenação e de exclusão, serão divulgadas nos sítios da DGRHE (<http://www.dgrhe.min-edu.pt>) e do GEPE (<http://www.gepe.min-edu.pt>).

5. Reclamações

Das listas provisórias de ordenação e de exclusão poderá ser apresentada reclamação fundamentada, a apresentar no prazo de cinco dias úteis a contar do primeiro dia útil seguinte ao da data de divulgação das mesmas, até às 18 horas (hora de Portugal continental) do último dia do prazo, sob pena de aceitação e de caducidade de outro tipo de recurso.

A reclamação deverá ser apresentada em formato electrónico, a disponibilizar atempadamente no sítio da DGRHE (<http://www.dgrhe.min-edu.pt>).

Não serão consideradas quaisquer reclamações apresentadas por via diferente da prevista no presente aviso.

Os interessados serão notificados do indeferimento das reclamações por via electrónica acedendo, para este efeito, a uma aplicação disponível na página da DGRHE.

6. Listas definitivas de ordenação e de exclusão

Esgotado o prazo de apreciação das reclamações, a lista provisória de ordenação, com as alterações das reclamações julgadas procedentes e das provenientes das desistências e, após homologação do Director - Geral da DGRHE, converte-se em lista final de seriação, para efeitos de selecção. Esta lista será divulgada nos sítios da DGRHE e do GEPE.

7. Entrevistas

Os candidatos admitidos, serão submetidos a uma entrevista destinada a complementar informação relativa ao perfil definido para a função. As entrevistas realizam-se no GEPE, entre os **dias 29 de Novembro e 3 de Dezembro de 2010**.

Para tal, os candidatos admitidos devem consultar a calendarização das entrevistas, nos sítios do GEPE (<http://www.gepe.min-edu.pt>) e do IPAD (<http://www.ipad.mne.gov.pt>), no dia **25 de Novembro de 2010**.

O processo relativo à constituição dos júris, modelo de entrevista e respectivos critérios está disponível para consulta no GEPE, na Av. 24 de Julho, nº 134, 2º andar, em Lisboa, das 10 às 12.30 e das 14.30 às 16.30 horas (dias úteis).

Os interessados admitidos na lista definitiva de ordenação que não sejam convocados para a entrevista nos termos acima referidos, poderão vir a manter-se em lista, para selecção posterior, a solicitação do GEPE, dentro do mesmo ano civil (2011).

8. Aceitação da colocação

Os candidatos que, tendo celebrado o contrato de agente da cooperação, se encontrem nas listas de ordenação da DGRHE, para efeitos de contratação, devem ser retirados dessas listas para não serem colocados posteriormente.

Para esse efeito o GEPE deverá informar a DGRHE dos docentes nessas condições.

Alerta-se que a não-aceitação de uma colocação no âmbito das listas da DGRHE implica a impossibilidade de, nesse ano, o docente ser colocado em exercício de funções docentes em agrupamento de escolas ou escola não agrupada público.

GEPE e DGRHE, Lisboa, 18 de Outubro de 2010